



Ata da 16.^a Reunião de Câmara | Extraordinária
25 de março de 2026, 17:00h
Maia, Paços do Concelho

Ao vigésimo quinto dia do mês de março de dois mil e vinte e seis, pelas dezassete horas, na sala de reuniões no terceiro piso do Edifício dos Paços do Concelho, realizou-se a décima sexta reunião de Câmara, extraordinária.

Presidiu à reunião o Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago.

Secretariou a reunião, Marisa Neves.

Estiveram presentes:

1. Presidente, António Domingos da Silva Tiago
2. Vereadora, Emília de Fátima Moreira dos Santos
3. Vereador, Paulo Sérgio Fernandes da Rocha
4. Vereador, Mário Nuno Alves de Sousa Neves
5. Vereador, André Pedro de Almeida
6. Vereadora, Adelina Fernanda Magalhães Rodrigues
7. Vereador, Hernâni Avelino da Costa Ribeiro
8. Vereadora, Helena Alexandra Guimarães Ferreira
9. Vereador, João José de Magalhães Torres

Estiveram ausentes, por motivos devidamente justificados: a Senhora Vereadora, Marta Moreira de Sá Peneda, e a Senhora Vereadora, Susana Maria Pereira Junqueira Pacheco Neto (Coligação Maia em Primeiro).

Estiveram presentes em regime de substituição: a Senhora Vereadora Maria Madalena Moutinho Nogueira dos Santos, e a Senhora Vereadora, Ana Cristina Alves Correia (Coligação Maia em Primeiro).



A reunião teve início pelas 17:00h, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1. Aquisição de serviços de vigilância humana para os equipamentos e edifícios do Município da Maia, pelo prazo de 36 meses, através de ajuste direto ao abrigo da alínea h), do n.º 1 do artigo 27.º do Código dos Contratos Públicos, com recurso ao acordo quadro da central de Compras Connect n.º CNCM-AQ/110/2025, com ID Base n.º 7738084**

Informação da Divisão de Contratação Pública e Aprovisionamento – registo n.º 62773/25

Depois de submetida a discussão e votação foi a proposta de procedimento, **aprovada por unanimidade.**

- 2. Modificação objetiva do Contrato de Empreitada de Fornecimento de Energia Elétrica em Regime de Média Tensão (MT) e Baixa Tensão Especial (BTE), 100% proveniente de fontes de energia renovável ao abrigo do lote B - C do Acordo Quadro para fornecimento de energia em regime de mercado livre em Portugal (CNCM-AQ/35/2020), promovido pela Central Nacional de Compras Municipais Connect, com ID Base n.º 4883932**

Informação da Divisão de Contratação Pública e Aprovisionamento – registo n.º 13322/26

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago, interveio para referir que a modificação objetiva do contrato estava relacionada com a crise energética e com a necessidade de um contrato firme para assegurar maior segurança na aquisição da necessária energia elétrica, quer em Baixa Tensão quer em Média Tensão.

A Senhora Vereadora, Adelina Fernanda Magalhães Rodrigues, interveio para referir que o ponto em discussão dizia respeito ao reforço do contrato em vigor, e que o ponto seguinte seria relativo ao novo contrato.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago, referiu que as taxas de acesso à rede haviam sido incrementadas, tendo antes assumido valores negativos e passado a positivos, o que se traduzia num fator de agravamento no valor de aquisição da energia.



A Senhora Vereadora, Adelina Fernanda Magalhães Rodrigues, esclareceu que o contrato inicial havia sido celebrado por três anos e terminava em julho de 2026, que inicialmente as taxas de acesso à rede se encontravam negativas e que, ao longo do tempo, haviam começado a subir, o que resultara na cessação do contrato antes da data prevista, por esgotamento da verba. Disse ainda que a Câmara Municipal estava a solicitar o reforço correspondente ao valor das taxas de acesso à rede não considerado inicialmente e previsto no contrato inicial, precisamente porque o contrato se mantinha válido, mas sem verba disponível, dado que esta havia sido canalizada para as taxas de acesso à rede.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago, questionou a razão pela qual as taxas de acesso à rede haviam sido, inicialmente, negativas e eram, naquele momento, positivas.

A Senhora Vereadora, Adelina Fernanda Magalhães Rodrigues, respondeu que, à data da celebração do contrato, as taxas de acesso à rede eram negativas em virtude da concorrência no Mercado Livre. Esclareceu que os contratos de Baixa e Média Tensão não podiam ser celebrados no Mercado Universal e que a concorrência havia determinado a negatividade das taxas de acesso, dando nota de que, com a crise energética, as taxas foram subindo, atingindo valores muito elevados. Referiu ainda que a verba se destinava a reforçar o contrato existente e que iria fazer face às necessidades até à abertura do novo concurso.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago, questionou se o Governo não havia subsidiado o ecossistema de taxas de acesso à rede aquando do período de COVID.

A Senhora Vereadora, Adelina Fernanda Magalhães Rodrigues, respondeu afirmativamente, acrescentando que, com a crise energética, a situação se havia vindo a agravar, dando nota de que o novo procedimento, realizado dentro dos mesmos moldes, acautelava aquela situação.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago, questionou se estaria previsto um incremento no contrato caso o mercado energético fosse desfavorável.



A Senhora Vereadora, Adelina Fernanda Magalhães Rodrigues, referiu que estavam previstas variações, tanto para menos como para mais, concluindo que o contrato se esgotaria ou pela verba, ou pelo prazo.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago, referiu que aquele ponto servia para a Câmara autorizar um reforço de novecentos e dois mil euros no orçamento, por forma a assegurar o suporte orçamental ao contrato.

Depois de submetidas a discussão e votação foram a modificação objetiva do contrato de fornecimento de energia elétrica em regime de média tensão (MT), e baixa tensão especial (BTE), 100% proveniente de fontes de energia renovável, no que versa sobre o reforço afeta ao contrato de eletricidade ao abrigo da alínea a), do artigo 312.º do CCP, bem como a minuta da adenda e respetiva publicação, nos termos e para os efeitos do artigo 315.º do Código dos Contratos Públicos, **aprovadas por unanimidade.**

3. Procedimento n.º 189/2026 – Aquisição de energia elétrica Verde em regime de média tensão, baixa tensão especial e baixa tensão normal, iluminação pública incluída 100% proveniente de fontes de energia renovável, ao abrigo do lote 2 do “Acordo Quadro para fornecimento de energia em regime de mercado livre em Portugal” (CNCM-AQ/105/2024), promovido pela Central Nacional de Compras Municipais Connect, com o ID Base n.º 7359579 e publicação em DRE n.º 27290/2024

Informação da Divisão de Contratação Pública e Aprovisionamento – registo n.º 16684/26

O Senhor Vereador, André Pedro de Almeida, questionou a razão pela qual apenas a EDP havia sido convidada a apresentar preço.

A Senhora Vereadora, Adelina Fernanda Magalhães Rodrigues, esclareceu que a EDP não havia sido convidada, referindo que nos Acordos Quadro das Centrais de Compras existia uma pré-seleção previamente realizada e que, no caso da Connect, era normalmente apresentado apenas um fornecedor, que no caso da energia era a EDP Comercial, acrescentando que noutro contrato que o Município da Maia detinha ao abrigo de um Acordo Quadro, naquele caso para os combustíveis, sucedia igualmente com apenas um fornecedor.



O Senhor Vereador, André Pedro de Almeida, questionou se a Câmara apenas poderia utilizar aquele procedimento.

A Senhora Vereadora, Adelina Fernanda Magalhães Rodrigues, respondeu negativamente, esclarecendo que era possível, por exemplo, lançar um concurso público.

O Senhor Vereador, André Pedro de Almeida, questionou a razão pela qual não havia sido feita uma avaliação comparativa das condições oferecidas pelos diferentes fornecedores, de forma a aferir a oferta mais vantajosa.

A Senhora Vereadora, Adelina Fernanda Magalhães Rodrigues, esclareceu que tal era efetuado, sendo consultados, por exemplo, o Acordo Quadro da LIPOR, o Acordo Quadro da ESPAP e o estado atual do mercado, referindo que, após essas consultas, a Connect era a que apresentava melhores preços.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago, interveio para referir que o contrato estava a ser adjudicado ao melhor fornecedor, dando nota de que era por aquela razão que a lei permitia realizar aquele procedimento, dado que a Central de Compras realizava todo o trabalho associado à verificação das melhores propostas, garantindo o cumprimento legal e permitindo poupar tempo face a um procedimento normal.

A Senhora Vereadora, Adelina Fernanda Magalhães Rodrigues, acrescentou que a energia fornecida era 100% verde, de origem 100% renovável.

Depois de submetida a discussão e votação foi a proposta de procedimento, **aprovada por unanimidade.**



Pelas 17:52h o Senhor Presidente da Câmara encerrou a reunião, da qual se lavra a presente ata, que é constituída por 6 (seis) páginas e respetivos anexos.

O Presidente da Câmara Municipal da Maia

António Domingos da Silva Tiago

A Secretária da Reunião

Marisa Neves

Maia e Paços do Concelho, 25 de março de 2026